

RECURSO ESPECIAL Nº 1.848.353 - SP (2019/0339259-6)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
RECORRENTE : EQUIPALCOOL SISTEMAS EIRELI
ADVOGADOS : FÁBIO MESQUITA RIBEIRO - SP071812
JOÃO GABRIEL MENEZES FARIA - SP344496
RECORRIDO : FABIO BALBUENA MACHADO
RECORRIDO : VAGNER ANTONIO CHAGAS COELHO
ADVOGADO : YARA MAURI DA SILVA - SP360793

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto pelo EQUIPALCOOL SISTEMAS EIRELI, com amparo nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, no intuito de reformar acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 352, e-STJ):

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (AÇÃO ORDINÁRIA) - MEDIDAS COERCITIVAS - Decisão judicial que indeferiu o pedido de suspensão da CNH dos executados por entender que se trata de medida demasiadamente gravosa e não guarda relação direta com o cumprimento de obrigação de pagar, sendo ineficaz - Alegação de que a suspensão da CNH é medida plenamente válida, adequada e eficaz para que os agravados sejam coagidos não simplesmente ao pagamento da dívida, mas à entrega dos veículos penhorados etc. - Descabimento Suspensão da carteira nacional de habilitação dos agravados é medida que não demonstra utilidade prática à satisfação da dívida, servindo apenas para constranger e punir o devedor - Deferimento que afrontaria o disposto no art. 8º e no caput do art. 805, ambos do CPC/15 - Decisão mantida - Agravo de instrumento não provido. Dispositivo: Negam provimento ao recurso.

Opostos embargos de declaração (fls. 416/421, e-STJ), esses foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial (fls. 359/376, e-STJ), apontou a parte recorrente, além de dissídio jurisprudencial, violação ao artigo 139, inciso IV do Código de Processo Civil/15. Defendeu, em síntese, o cabimento da medida coercitiva atípica, essa residente na apreensão da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) do devedor com intuito de compeli-lo ao pagamento do débito.

Contrarrazões às fls. 432/440, e-STJ.

Após decisão de admissão do apelo especial (fls. 441/442, e-STJ), os autos ascenderam a esta egrégia Corte de Justiça.

É o relatório.

Decido.

O recurso não merece prosperar.

1. No tocante à ofensa ao artigo 139, inciso IV, do CPC/15, a parte recorrente sustentou a necessidade de concessão da tutela atípica pleiteada, consistente na apreensão da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) da parte devedora, como forma de compeli-la ao

adimplemento do débito.

Sobre o tema, a jurisprudência desta Corte Superior firmou-se no sentido de que as medidas de satisfação do crédito não podem extrapolar os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, devendo-se observar, ainda, o princípio da menor onerosidade ao devedor.

Concluiu-se, ainda, que para a utilização dos "*meios executivos atípicos*, a decisão deve ser fundamentada e sujeita ao contraditório, **demonstrando-se a excepcionalidade da medida adotada em razão da ineficácia dos meios executivos típicos, sob pena de configurar-se como sanção processual**" (RHC 97.876/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 05/06/2018, DJe 09/08/2018).

No mesmo sentido, colhe-se:

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COMPENSAÇÃO POR DANO MORAL E REPARAÇÃO POR DANO MATERIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. QUANTIA CERTA. MEDIDAS EXECUTIVAS ATÍPICAS. ART. 139, IV, DO CPC/15. CABIMENTO. DELINEAMENTO DE DIRETRIZES A SEREM OBSERVADAS PARA SUA APLICAÇÃO.

1. Ação distribuída em 10/6/2011. Recurso especial interposto em 25/5/2018. Autos conclusos à Relatora em 3/12/2018.

2. O propósito recursal é definir se, na fase de cumprimento de sentença, a suspensão da carteira nacional de habilitação e a retenção do passaporte do devedor de obrigação de pagar quantia são medidas viáveis de serem adotadas pelo juiz condutor do processo.

3. O Código de Processo Civil de 2015, a fim de garantir maior celeridade e efetividade ao processo, positivou regra segundo a qual incumbe ao juiz determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária (art. 139, IV).

4. **A interpretação sistemática do ordenamento jurídico revela, todavia, que tal previsão legal não autoriza a adoção indiscriminada de qualquer medida executiva, independentemente de balizas ou meios de controle efetivos.**

5. De acordo com o entendimento do STJ, as modernas regras de processo, ainda respaldadas pela busca da efetividade jurisdicional, em nenhuma circunstância poderão se distanciar dos ditames constitucionais, apenas sendo possível a implementação de comandos não discricionários ou que restrinjam direitos individuais de forma razoável. Precedente específico.

6. **A adoção de meios executivos atípicos é cabível desde que, verificando-se a existência de indícios de que o devedor possua patrimônio expropriável, tais medidas sejam adotadas de modo subsidiário, por meio de decisão que contenha fundamentação adequada às especificidades da hipótese concreta, com observância do contraditório substancial e do postulado da proporcionalidade.**

7. Situação concreta em que o Tribunal a quo indeferiu o pedido do exequente de adoção de medidas executivas atípicas sob o singelo fundamento de que a responsabilidade do devedor por suas dívidas diz

respeito apenas ao aspecto patrimonial, e não pessoal.

8. Como essa circunstância não se coaduna com o entendimento propugnado neste julgamento, é de rigor - à vista da impossibilidade de esta Corte revolver o conteúdo fático-probatório dos autos - o retorno dos autos para que se proceda a novo exame da questão.

9. De se consignar, por derradeiro, que o STJ tem reconhecido que tanto a medida de suspensão da Carteira Nacional de Habilitação quanto a de apreensão do passaporte do devedor recalcitrante não estão, em abstrato e de modo geral, obstadas de serem adotadas pelo juiz condutor do processo executivo, devendo, contudo, observar-se o preenchimento dos pressupostos ora assentados. Precedentes.

RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

(REsp 1782418/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/04/2019, DJe 26/04/2019) [grifou-se]

O Tribunal de origem, ao julgar a temática, consignou que a tutela atípica postulada extrapola os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, além de não representar certeza de efetividade à satisfação do crédito.

Extrai-se o excerto do julgado em testilha (fl. 354, e-STJ):

Ao contrário do que fazer crer, a medida pleiteada não é útil à satisfação da dívida, servindo apenas para constranger e punir as pessoas naturais devedoras. Se deferida, inobservados estariam os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, ambos necessários ao resguardo da dignidade da parte adversa, com afronta aos art. 8º e 805, ambos do CPC/15.

Assim, verifica-se que o entendimento perfilhado pela Corte Estadual está em conformidade com a jurisprudência deste egrégio pretório, atraindo a incidência da Súmula 83 do STJ.

Ademais, a revisão das conclusões adotadas no acórdão impugnado demandaria o revolvimento do conjunto probatório, providência incompatível com o recurso especial (Súmula 07 do STJ).

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. MEDIDAS SATISFATIVAS DO CRÉDITO PERSEGUIDO DEVEM SER RAZOÁVEIS E PROPORCIONAIS, PARA QUE SEJAM MENOS GRAVOSAS AO DEVEDOR E MAIS EFICAZES. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ. PRECEDENTE. OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA MENOR ONEROSIDADE DA EXECUÇÃO EM FACE DAS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO. REVOLVIMENTO DE CONTEÚDO FÁTICO-PROBATÓRIO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

1. É assente a cognição jurisprudencial deste Sodalício no sentido de que as medidas de satisfação do crédito perseguido em execução não podem extrapolar os liames de proporcionalidade e razoabilidade, de modo que contra o executado devem ser adotadas as providências menos gravosas e

mais eficazes. Precedente.

2. No caso em exame, o Tribunal de origem, analisando o acervo fático-probatório dos autos, concluiu que os pedidos formulados pelo exequente, de suspensão de passaporte, de suspensão da CNH e de cancelamento dos cartões de crédito e débito, seriam excessivamente gravosos aos executados e desproporcionais à obrigação de pagamento do débito, mormente considerando que, no caso, o Juízo a quo já deferira medida adequada a compelir os devedores ao adimplemento, determinando inclusão de seus nomes nos cadastros de proteção ao crédito. A revisão de tal entendimento, na via estreita do recurso especial, sobretudo para perquirir a adequada aplicação do princípio da menor onerosidade no caso concreto, encontra óbice na Súmula 7 do STJ.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1283998/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 09/10/2018, DJe 17/10/2018)

2. Do exposto, com amparo no artigo 932 do CPC c/c Súmula 568 do STJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator